



**Relatório dos Auditores Independentes e
Demonstrações Financeiras de 31.12.2021.**

**APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS
EXCEPCIONAIS DE SOROCABA**

Carta de apresentação quanto à responsabilidade pelas Demonstrações Financeiras

Revisamos as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 da APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Sorocaba, e concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondente aos períodos apresentados. Os documentos contemplados nestas demonstrações são os seguintes: Carta de apresentação, Relatório dos Auditores Independentes, Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração de Mutação do Patrimônio Líquido, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração de Fluxo de Caixa, e Notas Explicativas.

Sorocaba (SP), 31 de maio de 2.024.

ACR AUDITORIA E CONTABILIDADE S/S LTDA
Antonio Carlos Rubinato – Contador
CRC1SP111745/O-9 – Ibracon Reg. n  5.092

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos
Diretores e Administradores da
APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SOROCABA
Sorocaba - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SOROCABA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SOROCABA** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações, e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas, combinadas com as aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas de auditoria vigentes no Brasil. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram por nós examinados, e emitimos relatório de auditoria em 30 de abril de 2021, sem modificação de opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas de auditoria vigentes no Brasil, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas de auditoria vigentes no Brasil, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.
- O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtermos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliaremos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação de uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações foram inadequadas. Nossas conclusões fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objeto de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança e respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Sorocaba (SP), 31 de maio de 2024.-

**ACR AUDITORIA E CONTABILIDADE S/S LTDA
CRC2SP035035/O-9**

Antonio Carlos Rubinato
Contador – CRC1SP111745/O-5
Registro IBRACON nº 5.092 de 23/08/2016

Jéssica Christina Moreno Gregório Rubinato
Contadora – CRC1SP297849/O-9
Registro – CNAI nº 6.224 de 18/11/2019

APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SOROCABA

CNPJ N° 71.869.358/0001-01

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

<u>ATIVO</u>	<u>NOTA</u>	<u>31/dez/2021</u>	<u>31/dez/2020</u>
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa sem restrição	5.1/5.2	517	417
Caixa e equivalentes de caixa com restrição	5.1/5.2	148	314
Adiantamentos a funcionários	5.3	16	17
Convênios governamentais	5.4	567	699
Despesas antecipadas	5.5	5	5
		1.253	1.452
NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado – sem restrição			
Terrenos	6	327	204
Móveis e utensílios	6	87	87
Maquinas, equipamentos e instalações	6	201	181
Equipamentos de Proc. de dados	6	24	17
Veículos	6	250	250
Outras imobilizações	6	404	404
(-) Depreciação acumulada	6	(359)	(278)
		933	865
TOTAL DO ATIVO		2.186	2.317

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SOROCABA

CNPJ Nº 71.869.358/0001-01

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

<u>PASSIVO</u>	NOTA	31/dez/2021	31/dez/2020
CIRCULANTE			
Fornecedores	7.6	12	13
Terceiros á pagar	7.2	9	-
Empréstimos de curto prazo	7.3	-	2
Encargos sociais à recolher	7.2	33	30
Impostos retidos a recolher	7.1	4	3
Provisão de férias e encargos	7.2	200	192
Subvenções à realizar	7.4	973	1.124
Passivo diferido	7.5	-	2
		1.231	1.366
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio social	8	951	1.035
Resultado do exercício de 2020	8	-	(84)
Resultado do exercício de 2021	8	4	-
		955	951
TOTAL DO PASSIVO		2.186	2.317

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SOROCABA

CNPJ N° 71.869.358/0001-01

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	NOTA	31/12/2021	31/12/2020
ASSISTÊNCIA SOCIAL / BÁSICA			
Receitas Operacionais		445	416
Convênios, Subvenções e Parcerias	12	359	318
Despesas Recuperadas	12	8	21
Isenção Usufruída	12	78	77
Despesas Operacionais		(455)	(448)
Despesas com Pessoal e Encargos	13	(455)	(372)
Serviços de Terceiros	13	(-)	(76)
(=) Resultado Operacional – Assistência Social / Básica		(10)	(32)
ASSISTÊNCIA SOCIAL / MÉDIA COMPLEXIDADE			
Receitas Operacionais		1.805	568
Convênios, Subvenções e Parcerias	12	598	432
Doações	12	1.003	-
Despesas Recuperadas	12	90	30
Isenção Usufruída	12	114	106
Despesas Operacionais	13	(1.657)	(1.443)
Despesas com Pessoal e Encargos	13	(1.112)	(957)
Serviços de Terceiros	13	(118)	(129)
Despesas de Localização e Funcionamento	13	(149)	(141)
Despesas de Expediente	13	(49)	(33)
Despesas com Prêmios de Seguros	13	(18)	(18)
Despesas com Utilização de Equipamentos	13	(21)	(16)
Despesas de Comunicação	13	(7)	(18)
Despesas com Propaganda e Publicidade	13	(2)	(4)
Despesas de Locomoção	13	(45)	(37)
Depreciações / Amortizações	13	(79)	(77)
Despesas Tributárias	13	(29)	(12)
Outras Despesas	13	(27)	(-)
(=) Resultado Operac. – Assist. Social / Média Complexidade		148	(875)

APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SOROCABA

CNPJ N° 71.869.358/0001-01

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

(Em milhares de reais)

Continuação.....

DESCRIÇÃO	NOTA	31/12/2021	31/12/2020
EDUCAÇÃO			
Receitas Operacionais		791	704
Convênios, Subvenções e Parcerias	12	633	588
Receitas com Parcerias / Convênios e Particulares	12	-	20
Despesas Recuperadas	12	19	40
Isenção Usufruída	12	139	56
Despesas Operacionais		(786)	(738)
Despesas com Pessoal e Encargos	13	(745)	(709)
Serviços de Terceiros	13	(-)	(-)
Despesas de Localização e Funcionamento	13	(30)	(16)
Despesas de Expediente	13	(8)	(6)
Despesas de Comunicação	13	(1)	(7)
Despesas com Tributos	13	(1)	(-)
(=) Resultado Operacional – Educação		5	(34)
SAÚDE			
Receitas Operacionais		524	456
Convênios, Subvenções e Parcerias	12	382	357
Despesas Recuperadas	12	6	11
Isenção Usufruída	12	136	88
Despesas Operacionais		(708)	(449)
Despesas com Pessoal e Encargos	13	(708)	(449)
Serviços de Terceiros	13	(-)	(-)
Despesas com Manutenção de Equipamentos	13	(-)	(-)
Despesas com Comunicação	13	(-)	(-)
(=) Resultado Operacional – Saúde		(184)	7

APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SOROCABA

CNPJ N° 71.869.358/0001-01

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

(Em milhares de reais)

Continuação.....

DESCRIÇÃO	NOTA	31/12/2021	31/12/2020
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS			
Receitas Operacionais		621	1.497
Doações Pessoas Físicas e ou Jurídicas para Custeio	12	253	953
Despesas Recuperadas	12	159	136
Créditos no Nota Fiscal Paulista	12	10	4
Atividades Sustentáveis	12	102	49
Isonção Usufruída	12	97	355
Despesas Operacionais		(621)	(699)
Despesas com Pessoal e Encargos	13	(586)	(677)
Serviços de Terceiros	13	(3)	(4)
Despesas de Localização e Funcionamento	13	(1)	(1)
Despesas de Expediente	13	(1)	(1)
Despesas com Comunicação	13	(-)	(-)
Despesas com Estagiários	13	(2)	(3)
Despesas com Locomoção	13	(-)	(-)
Despesas com Utilização de Equipamentos	13	(1)	(2)
Despesas de Comunicação	13	(-)	(-)
Despesas com Propaganda e Publicidade	13	(3)	(-)
Despesas com Tributos	13	(-)	(-)
Despesas com Atividades Sustentáveis	13	(24)	(11)
(=) Resultado Operacional – Atividades Administrativas		-	798
ATIVIDADES FINANCEIRAS			
Receitas das Atividades Financeiras		15	8
Receitas Financeiras	14.2	15	8
Despesas das Atividades Financeiras		(7)	(7)
Despesas Financeiras	14.2	(7)	(7)
(=) Resultado das Atividades Financeiras		8	1

APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SOROCABA

CNPJ N° 71.869.358/0001-01

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

(Em milhares de reais)

Continuação.....

DESCRIÇÃO	NOTA	31/12/2021	31/12/2020
ATIVIDADES PATRIMONIAIS			
Receitas Patrimoniais		24	24
Receitas de Aluguéis	15	24	24
(=) Resultado das Atividades Financeiras		24	24
ATIVIDADES EXTRAORDINÁRIAS			
Receitas Não Operacionais		13	27
Outras Receitas	16	13	-
Receitas com Vendas de Ativos	16	-	27
(=) Resultado das Atividades Financeiras		13	27
(=) SUPERÁVIT / DÉFICIT DO EXERCÍCIO		4	(84)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SOROCABA

CNPJ N° 71.869.358/0001-01

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais)**

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
Superávit / Déficit do Exercício	4	(84)
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	4	(84)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SOROCABA

CNPJ N° 71.869.358/0001-01

**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais)**

Descrição	Patrimônio Social	Resultados dos Períodos	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2018	928	8	936
Transferência para Patrimônio	8	(8)	-
Superávit do exercício	-	99	99
Saldos em 31 de dezembro de 2019	936	99	1.035
Transferência para Patrimônio	99	(99)	-
Déficit do exercício	-	(84)	(83)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.035	(84)	951
Transferência para Patrimônio	(84)	84	-
Superávit do exercício	-	4	4
Saldos em 31 de dezembro de 2021	951	4	955

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SOROCABA

CNPJ Nº 71.869.358/0001-01

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	31/12/2021	31/12/2020
1 - Atividades operacionais		
Superávit (Déficit) do Exercício:	4	(83)
Depreciações e amortizações	81	84
Caixa operacional antes dos movimentos de capital de giro	85	1
Acréscimo/Decréscimo do Ativo Circulante		
Outros Créditos	132	(154)
Adiantamentos á funcionários	1	(2)
Despesas antecipadas – seguros	-	3
	133	(153)
Acréscimo/Decréscimo do Passivo Circulante e Não Circulante		
Fornecedores	8	8
Empréstimos	(2)	(12)
Salários e encargos	3	21
Impostos retidos	1	1
Provisão de férias e encargos	8	11
Outras Contas	(153)	382
	(135)	411
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	83	259
2 - Fluxo de caixa das atividades de investimento:		
Adições no imobilizado	(149)	(73)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	(149)	(73)
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(66)	186
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	731	545
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	665	731
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(66)	186

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SOROCABA

CNPJ Nº 71.869.358/0001-01

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de reais)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

Conforme sua finalidade institucional, a APAE é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, de Assistência Social. Para defesa e garantia de direitos da população atendida também desenvolve ações voltadas às políticas de Saúde e Educação, em consonância com as diretrizes traçadas no território nacional. Atua em frentes de atendimento, assessoramento, estudo, pesquisa e elaboração de políticas públicas voltadas à pessoa com deficiência intelectual e múltipla.

A APAE Sorocaba no município:

A Assistência Social atende pessoas com deficiência e suas famílias em CENTRO DE CONVIVÊNCIA, através de SERVIÇO ESPECIALIZADO DE MÉDIA COMPLEXIDADE, neste último, quando há violação de direitos. O atendimento é realizado através de equipe técnica especializada (assistentes sociais, psicólogos, terapeutas ocupacionais, orientadores sociais, arte-educador, educador físico e coordenação de área) com enfoque à prevenção dos riscos e vulnerabilidade social dos usuários e suas famílias; todo o público da APAE é atendido por esta política, sem critério etário. As atividades ocorrem em formato de oficinas por período e atendimentos individuais e grupais.

Centro de Reabilitação em Saúde visa à prestação de assistência em saúde, através de ações especializadas de habilitação e reabilitação para pessoa com deficiência intelectual e/ou física, de todas as idades, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), desde a estimulação precoce até os processos de envelhecimento. O serviço é executado por equipe multiprofissional, formada por fisioterapeutas, fonoaudiólogos, psicólogos, terapeutas ocupacionais, educador físico em saúde, neurologista infantil e psiquiatria, além da coordenação técnica. O setor mantém parceria com a secretaria municipal de saúde através de um Termo de Fomento para a execução do serviço especializado de forma complementar ao SUS.

A Educação atende em escola estadual de educação especial alunos conforme orientações da Lei de Diretrizes Básicas da Educação e Diretrizes para Cooperação técnica entre as APAES e Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, através do atendimento pedagógico especializado (professores especializados, auxiliares de sala, monitores, coordenação pedagógica e coordenação de área) e com estratégias estabelecidas em Plano de Trabalho Anual. Atende a partir dos 6 anos de idade até 29 anos e 11 meses. Com suporte da equipe multidisciplinar no âmbito da Educação realiza o suporte escolar para que os alunos atinjam os objetivos propostos no Plano de Ensino Individualizado (PEI), assim como fornece orientações à equipe pedagógica e as famílias. É importante ressaltar que a equipe multidisciplinar, juntamente com a equipe escolar tem o objetivo principal de desenvolver ações que impactam no desenvolvimento integral de cada aluno.

NOTA 2 – BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil e, em atendimento às Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC nº 1.121/08 que aprovou a NBC T 1 – Estrutura Conceitual para Elaboração das Demonstrações Contábeis e a Resolução CFC nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas das entidades sem finalidades de lucro e Resolução nº 177 de 10/08/2000 do Ministério Público Federal.

As demonstrações estão sendo divulgadas de forma comparativa às do exercício anterior. Os relatórios ora publicados estão adequados à Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09.

As receitas, as despesas e os custos do período da entidade foram escriturados contabilmente, de acordo com o regime de competência. Com exceção para as receitas com doações que foram reconhecidas em conformidade ao regime de caixa, pois, a entidade recebe doações de diversas fontes, principalmente a contribuição espontânea de pessoas físicas, o que impede uma estimativa segura de origem desse tipo de recurso. As despesas foram registradas em conformidade ao Princípio da Competência dos Exercícios.

As doações e receitas oriundas de convênios ou termos de parcerias com o poder público recebidas para custeio e investimento foram reconhecidas como receita no resultado, observado o disposto na NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais.

Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da receita oriunda de convênio ou parceria com o poder público, contribuição para custeio e investimento, bem como da isenção, incentivo fiscal registrados no ativo ficam em conta específica do passivo.

Para transações ou eventos materiais que não estejam cobertos pela ITG 2002, a entidade utilizou como referência os requisitos apropriados estabelecidos na ITG 2000 – Escrituração Contábil e as demais resoluções que aprovam as CPC's.

Os ativos imobilizados inicialmente foram mensurados pelo seu custo. O custo do ativo imobilizado compreende o seu preço de aquisição, incluindo imposto de importação e tributos não recuperáveis, além de quaisquer gastos incorridos diretamente atribuíveis ao esforço de trazê-los para sua condição de operação. A depreciação ocorre pelo método linear de acordo com a vida útil

NOTA 3 – FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL RESOLUÇÃO 1.330/11 (NBC ITG 2000)

A APAE mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.

Os registros contábeis contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no "Diário" da APAE

A documentação contábil da APAE é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil.

A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A APAE mantém em boa ordem a documentação contábil.

NOTA 4 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis e com as Normas Brasileiras de Contabilidade, inclusive a ITG 2002.

a – Ativo Circulante

São demonstrados pelos valores de realização acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

b – Ativo não Circulante - Imobilizado

É avaliado ao custo deduzido da respectiva depreciação, calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil econômica estimada dos bens. O saldo residual do item substituído é baixado.

Demais reparos e manutenção são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos.

c – Passivos Circulante e não Circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis.

d – Apuração de Resultado

As receitas e as despesas são registradas de acordo com o regime contábil de competência dos exercícios.

e – Recursos com Restrição

As contas identificadas como *Recursos com Restrição*, são valores recebidos e a receber, à realizar no corrente exercício ou no seguinte e gastos incorridos no exercício (Receitas e Despesas) oriundos de contratos firmados com órgão públicos, e são assim identificados (Recurso com Restrição), pois a realização desses valores precisa respeitar as condições contidas nos contratos firmados com o poder público e ainda por força da Resolução do CFC nº 1.409/12.

NOTA 5 – BALANÇO PATRIMONIAL

NOTA 5.1 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC –TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26) – Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

As contas correntes dedicadas à manutenção de recursos de verbas governamentais são rubricadas como “com restrição”. As demais contas correntes são rubricadas como “sem restrição”.

Caixa e Equivalente de Caixa – Sem Restrição	31.12.2021	31.12.2020
Caixa	2	1
CEF S/A – c/c 30-3	-	8
CEF S/A – c/c 977-7	3	5
Banco do Brasil S/A – c/c 3725-7	-	-
TOTAL	5	14

NOTA 5.2 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Esta conta refere-se às aplicações financeiros em Fundo de Investimento de Liquidez Imediata, Certificados de Depósitos Bancários e Títulos de Capitalização de curto prazo, além dos Títulos de Capitalização de longo prazo. As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.

As aplicações dedicadas à manutenção de recursos de verbas governamentais são rubricadas como “com restrição”. As demais aplicações são rubricadas como “sem restrição”.

O saldo da conta contempla os valores aplicados mensurados pelo custo amortizado e pela taxa efetiva de juros anual conforme apresentado a seguir:

Aplicações Financeiras – Sem Restrição	31.12.2021	31.12.2020
CEF S/A – c/c 30-3 – CDB Progressivo	7	-
CEF S/A – c/c 30-3 – FIC Giro MPE RF	211	66
CEF S/A – c/c 977-7 – FIC Caixa	6	1
CEF S/A – c/c 1020 – FIC Caixa Giro	1	6
CEF S/A – c/c 1020 – CDB Flex	-	208
CEF S/A – c/c 1020	215	-
CEF S/A – c/c 2590	9	6
Banco do Brasil S/A – c/c 18361	12	-
Banco do Brasil S/A – c/c 3725-7	51	116
TOTAL	512	403

Aplicações Financeiras – Com Restrição	31.12.2021	31.12.2020
CEF S/A – c/c 2057-6 – FIC Caixa	9	32
CEF S/A – c/c 2186-6 – Caixa Fácil	18	14
CEF S/A – c/c 2214-5 – FIC Caixa Giro	-	27
CEF S/A – c/c 2380-0 – Caixa FI Renda Simples	4	15
CEF S/A – c/c 2058-4 – Caixa Fic Giro MPE	29	9
CEF S/A – c/c 2383-4 – FIC Giro	56	-
CEF S/A – c/c 2059-2 – FI Renda Fixa	8	15
CEF S/A – c/c 2474-1 – Caixa Fic Giro	20	41
CEF S/A – c/c – FIC Giro MPE	-	16
Banco do Brasil S/A – c/c 73583	4	23
Banco do Brasil S/A – c/c 6203	-	120
Banco do Brasil S/A – c/c 7098-x	-	2
TOTAL	148	314

NOTA 5.3 – ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS

Esta conta refere-se a valores pagos antecipadamente a funcionários, tais como salários, férias, entre outros e que serão compensados/descontados em folha de pagamento ao final de cada mês.

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
Férias	10	16
Arredondamento	1	1
Complemento salarial	5	-
TOTAL	16	17

NOTA 5.4 – CONVÊNIOS, SUBVENÇÕES E PARCERIAS GOVERNAMENTAIS

Esta conta refere-se a valores a receber decorrentes de contratos de convênios, subvenções ou parcerias com órgãos públicos.

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
Proteção Social Básica		
Municipal – Termo 21608/2017	141	141
Federal – Termo 21608/2017	23	23
	164	164
Proteção Social Média		
Municipal – Termo 21609/2017	123	127
Estadual – Termo 21609/2017	57	57
Federal – Termo 21609/2017	43	16
CMDCA	112	92
	335	292
Saúde		
Municipal – Termo 13881/2018	-	221
Municipal – Termo 45663/2018	-	22
Municipal – Evento Indenizável	68	-
	68	243
TOTAL	567	699

NOTA 5.5 – DESPESAS ANTECIPADAS

Nesta conta são registradas as despesas pagas de forma antecipada, porém com períodos de competência subsequentes.

As amortizações dos valores de despesas antecipadas foram realizados em parcelas mensais considerando o prazo de usufruto da despesa pagas antecipadamente. Por questões de praticidade, a primeira parcela de amortização se inicia no mesmo mês em que foi realizada a aquisição do bem ou serviço, ou seja, não é feito o cálculo de apropriação “pro-rata-dia”. A adoção dessa sistemática deve-se ao fato de que a diferença que possa existir é considerada irrelevante e é automaticamente compensada no último mês da amortização daquele item.

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
Prêmios de Seguros	5	5
TOTAL	5	5

NOTA 6 – IMOBILIZADO

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas nesta nota e leva em consideração vida útil e utilização dos bens (Resolução CFC No. 1.177/09 (NBC – TG 27)). Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

Por atividade, o imobilizado está constituído da seguinte forma:

Imobilizado sem Restrição	31.12.2021	31.12.2020
Terrenos	327	204
Equip., Máquinas e Instalações	201	181
Móveis e Utensílios	87	87
Veículos	250	250
Sistema de Processamento de Dados	24	18
Benfeitorias	2	2
Outras Imobilizações	402	402
(-) Depreciações Acumuladas	(359)	(278)
TOTAL	933	865

A mutação do ativo imobilizado está demonstrada no quadro abaixo.

Descrição	Saldo em 31/12/2020	Aquisições	Baixas	Saldo em 31/12/2021
Terrenos	204	123	-	327
Equip., Máquinas e Instalações	181	20	-	201
Móveis e Utensílios	87	-	-	87
Veículos	250	-	-	250
Sistema de Processamento de Dados	18	6	-	24
Benfeitorias	2	-	-	2
Outras Imobilizações	402	-	-	402
TOTAL	1.143	149	-	1.293

As principais taxas anuais de depreciação por item, de acordo com a Receita Federal são as seguintes:

Descrição do Item	Taxa Anual de Depreciação
Equipamentos e Máquinas	10%
Móveis e Utensílios	10%
Veículos	20%
Equipamentos de Informática	20%
Instalações	10%

NOTA 7 – PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Provisões: Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

Prazos: Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes.

NOTA 7.1 – OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS

São registrados nessa rubrica os tributos a pagar pela entidade, sejam eles tributos próprios ou retidos na fonte.

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
Impostos á Pagar		
Taxa de lixo á pagar	2	-
	2	-
Impostos Retidos a Recolher		
IRRF – 0561	4	3
	4	3
TOTAL	6	3

NOTA 7.2 – OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E TRABALHISTAS

São registradas nessa rubrica os valores relacionados a folha de pagamento a pagar, bem como, os respectivos encargos a pagar.

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
Encargos e Contribuições Sociais		
FGTS	18	17
INSS	15	13
	33	30
Remunerações a Pagar		
Arredondamento	1	-
Autônomos	3	-
Complemento Salarial	5	-
	9	-
Provisão de Férias á Pagar		
Provisão de Férias	185	178
Provisão de encargos s/ Férias	15	14
	200	192
TOTAL	242	222

NOTA 7.3 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco incluindo custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa efetiva ao longo do prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
Associação Benjamin Constant	-	2
TOTAL	-	2

NOTA 7.4 – CONVÊNIOS, SUBVENCÕES E PARCERIAS GOVERNAMENTAS A REALIZAR

São registradas nessa conta os valores recebidos a título de convênios, subvenções e parcerias que ainda não tiveram contas prestadas ou aprovadas pelo poder público.

Enquanto, não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida do convênio, subvenção ou termo de parceria registrados no ativo devem ser registrados em conta específica do passivo.

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
Proteção Social Básica		
Municipal – Termo 21608/2017	151	174
Federal – Termo 21608/2017	31	37
	182	211
Proteção Social Média		
Municipal – Termo 21609/2017	152	136
Estadual – Termo 21609/2017	73	85
Federal – Termo 21609/2017	46	30
CMDCA	113	97
	384	348
Educação		
Federal – FNDE	37	37
Estadual – Termo 01	-	8
Educação - PDDE	16	-
	53	45
Saúde		
Municipal – Termo 13881/2018	-	220
Municipal – Termo 45663/2018	9	30
Municipal – Evento Indenizável	68	-
	77	250
Emenda Parlamentar		
Federal	100	100
Emenda PI – 346/2020	120	120
Emenda Psico Pedagogo – 6737/2020	-	50
Emenda Major – 44526/2019	57	-
	277	270
TOTAL	973	1.124

NOTA 7.5 – PARCERIAS/CONVÊNIOS COM O PODER PRIVADO A REALIZAR

São registradas nessa conta os valores recebidos a título de convênios ou e parcerias da iniciativa privada que ainda não tiveram contas prestadas.

Enquanto, não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida registrada no ativo deve ser registrados em conta específica do passivo.

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
Federação das Apaes – Cozinha Experimental 04/2019	-	-
TOTAL	-	-

NOTA 7.6 – CONTAS A PAGAR

São registradas nesta conta contábil os valores a pagar a fornecedores de bens e serviços.

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores a Pagar		
Allianz Brasil	1	1
Delta Contabilidade	2	4
Franpeças Comércio de Auto Peças	2	-
Gráfica e Editora Paratodos	-	1
Mapfre Seguros Gerais	1	1
Notre Dame	4	5
Outros fornecedores inferiores a R\$ 1.000	-	1
TOTAL	10	13

NOTA 7.7 – PASSIVO DIFERIDO

São registradas nessa conta contábil a depreciação de bens adquiridos através de convênio ou termo de parceria com o poder público.

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
Depreciação	-	2
TOTAL	-	2

NOTA 8 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do resultado do exercício período, os ajustes de avaliação patrimonial considerados, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação e preço de mercado.

NOTA 9 – DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

O superávit do exercício de 2021 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução 1.409/12 que aprovou a ITG 2002.

NOTA 10 - RECEITAS (Resolução CFC nº 1.187/09)

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e ou bonificações concedidos ao tomador de serviços e outras deduções similares.

As atividades sustentáveis (meios) possuem previsão em seu Estatuto Social, e para que A APAE faça jus a Imunidade e/ou Isenção Tributária sobre essas atividades, conforme estabelecido no artigo 14 do Código Tributário Nacional, artigo 12 da Lei No. 9.532/97 e artigo 29 da Lei Complementar 187/2021, cumpre os requisitos abaixo:

- 1-) As atividades sustentáveis (meios) possuem previsão estatutária;
- 2-) O Estatuto Social indica que os recursos (superávits) obtidos por essas receitas são revertidos (para atendimento) de suas atividades fins (objetivos sociais);
- 3-) A Demonstração do Resultado do Exercício da APAE demonstrou que as atividades sustentáveis são superavitárias, ou seja, geram recursos para a manutenção das atividades fins (objetivos sociais).

NOTA 11 - DOAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS

Eventualmente a APAE recebe doações e/ou contribuições voluntárias de pessoas físicas e/ou jurídicas, previstas no seu Estatuto Social,

As doações sejam em bens, numerário ou serviços voluntários são registrados conforme demonstrativo em abaixo:

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
Doações	1.256	953
TOTAL	1.256	953

NOTA 12 – CONVÊNIOS, SUBVENÇÕES E PARCERIAS GOVERNAMENTAIS (Res. CFC nº 1305/10 – NBCTG 07)

São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da APAE e as despesas de acordo com suas finalidades.

Para a contabilização das receitas recebidas de órgãos governamentais a entidade atendeu a Resolução Nº. 1.305/10 do Conselho Federal de Contabilidade/CFC que aprovou a NBC TG 07-Subvenção e Assistência Governamentais e a Resolução do CFC Nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002.

A APAE no decorrer do período recebeu e realizou os seguintes valores do Poder Público Federal, Estadual e Municipal:

Proteção Social Básica	31.Dez.2021	Fonte de Recurso		
		Municipal	Estadual	Federal
Valor Recebido	421	298	-	123
Valor Realizado	452	322	-	130
Valor a Receber	164	141	-	23
Valor a Realizar	182	151	-	31

Educação Especial	31.Dez.2021	Fonte de Recurso		
		Municipal	Estadual	Federal
Valor Recebido	639	-	623	16
Valor Realizado	634	-	634	-
Valor a Receber	-	-	-	-
Valor a Realizar	53	-	53	-

Saúde	31.Dez.2021	Fonte de Recurso		
		Municipal	Estadual	Federal
Valor Recebido	447	447	-	-
Valor Realizado	470	470	-	-
Valor a Receber	68	68	-	-
Valor a Realizar	297	77	-	220

Proteção Social de Média Complexidade – 31.12.2021		Fonte de Recursos			
		Municipal	Estadual	Federal	CMDCA
Valor Recebido	649	259	115	172	103
Valor Realizado	552	240	128	83	101
Valor a Receber	335	123	57	43	112
Valor a Realizar	441	152	73	103	113

NOTA 13 – PRESTAÇÃO DE CONTAS

De acordo com o parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o governo responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária. Periodicamente, A APAE presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Para a prestação de contas de seus gastos e receitas efetivamente realizados a entidade atendeu a Instrução nº 01/2020 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

NOTA 14 – RECEITAS / DESPESAS FINANCEIRAS

NOTA 14.1 - Receitas Financeiras: Compõem-se da apropriação das receitas auferidas pela aplicação de recursos no mercado financeiro, atualização monetária dos depósitos judiciais, receitas por recebimento em atraso e descontos obtidos.

NOTA 14.2 - Despesas Financeiras: São registradas neste grupo as despesas decorrentes de aplicações financeiras, de descontos concedidos, de encargos decorrentes de pagamentos em atraso, de impostos e contribuições devidos sobre as aplicações financeiras.

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
(+) Receitas das Atividades Financeiras		
Rendimentos de Aplicações Financeiras	15	8
	15	8
(-) Despesas das Atividades Financeiras		
Despesas Bancárias	(7)	(7)
	(7)	(7)
TOTAL	8	1

NOTA 15 – RECEITAS / DESPESAS PATRIMONIAIS

São registradas neste grupo as receitas relacionadas com o patrimônio e sua respectiva despesa para manutenção.

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
(+) Receitas das Atividades Patrimoniais		
Aluguéis	24	24
TOTAL	24	24

NOTA 16 – OUTRAS RECEITAS / DESPESAS (FATOS EXTRAORDINÁRIOS)

Conforme a Resolução 1.152/09 que aprova NBC TG 13 e 1.157/09 que aprova CTG 02 e a Medida Provisória No. 449/08 (atual Lei 11.941/09) as receitas e despesas não operacionais foram classificadas no Grupo "Outras Receitas / Despesas" no grupo operacional.

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
Receitas Extraordinárias		
Outras Receitas	13	-
Receita com Venda de Ativo Não Circulante	-	27
TOTAL	13	27

NOTA 17 – DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas são reconhecidas pelo regime de competência e segregadas por área de atuação.

NOTA 18 – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A Demonstração de Mutação do Patrimônio Líquido tem sua previsão no artigo 186, parágrafo 2º da Lei 6.404/1976.

Nessa peça estão demonstradas todas as contas do Patrimônio Líquido.

NOTA 19 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

A Demonstração do Resultado Abrangente tem sua previsão na Resolução CFC nº 1185/08 e CPC 26.

NOTA 20 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC)

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução do CFC Nº. 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e também de acordo com a Resolução 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13.

O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que A APAE optou foi o INDIRETO.

As rubricas contábeis que compõe as atividades de investimentos são as seguintes:

- **Imobilizado**

As rubricas contábeis que compõe as atividades de financiamentos são as seguintes:

Empréstimos

NOTA 21 – COBERTURA DE SEGUROS

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, A APAE efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade.

Os valores segurados são definidos pelos Administradores da APAE em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso.

Seguradora: Allianz		
Apólice nº 517720219A312010768 – Prêmio – R\$ 2.298,33 – Vigência: 28/09/2021 á 28/09/2022		
Bens Segurado: Veículos		
Cobertura	Indenização	Franquia
Básica - Compreensiva	100% Fipe	1.849,68
Resp Civil Facultativo - Danos Materiais	100.000,00	-
Resp Civil Facultativo - Danos Corporais	100.000,00	-
Resp Civil Facultativo - Danos Morais	20.000,00	-
Acidentes Pessoaos - Passageiros Morte	20.000,00	-
Acidentes Pessoaos - Passageiros Invalidez Permanente	20.000,00	-

Seguradora: HDI SEGUROS		
Apólice nº 1.037.131.021.994– Prêmio – R\$ 1.812,95 – Vigência: 25/04/2021 á 25/04/2022		
Bens Segurado: Veículos		
Cobertura	Indenização	Franquia
Básica - Compreensiva	100% Fipe	1.501,06
Resp Civil Facultativo - Danos Materiais	100.000,00	-
Resp Civil Facultativo - Danos Corporais	100.000,00	-
Resp Civil Facultativo - Danos Morais	40.000,00	-
Acidentes Pessoaos - Passageiros Morte	5.000,00	-
Acidentes Pessoaos - Passageiros Invalidez Permanente	5.000,00	-

Seguradora: MAPFRE		
Apólice nº 550.085.457.031– Prêmio – R\$ 1.309,73 – Vigência: 22/10/2021 á 22/10/2022		
Bens Segurado: Veículos		
Cobertura	Indenização	Franquia
Básica – Colisão/Incêncio/Roubo/Furto	100% Fipe	4.140,25
RCFV-Resp Civil Facultativo - Danos Materiais	80.000,00	-
RCFV-Resp Civil Facultativo - Danos Corporais	80.000,00	-
RCFV-Objetos Transportadors em Veículo	Conf. Condições Gerais	-
RCFV -Danos Morais/Estéticos	10.000,00	-
Acid.Pres. de Ocupantes – Morte Acidental	5.000,00	-
Acid.Pres. de Ocupantes - Invalidez Permanente	5.000,00	-
Assistência Automais 250 km	Conf. Manual	-
Extensão de Reboque 300 km	Conf. Condições Gerais	-
Vidro Básico	Conf. Condições Gerais	-
Caso Dedutível	-	4.140,25
Parabrisa	-	215,00

Seguradora: MAPFRE		
Apólice nº 550.085.456.931 – Prêmio – R\$ 1.348,19 – Vigência: 22/10/2021 á 22/10/2022		
Bens Segurado: Veículos		
Cobertura	Indenização	Franquia
Básica – Colisão/Incêndio/Roubo/Furto	100% Fipe	4.140,25
RCFV-Resp Civil Facultativo - Danos Materiais	80.000,00	-
RCFV-Resp Civil Facultativo - Danos Corporais	80.000,00	-
RCFV-Objetos Transportadors em Veículo	Conf. Condições Gerais	-
RCFV -Danos Morais/Estéticos	10.000,00	-
Acid.Pres. de Ocupantes – Morte Acidental	5.000,00	-
Acid.Pres. de Ocupantes - Invalidez Permanente	5.000,00	-
Assistência Automais 250 km	Conf. Manual	-
Extensão de Reboque 300 km	Conf. Condições Gerais	-
Vidro Básico	Conf. Condições Gerais	-
Caso Dedutível	-	4.140,25
Parabrisa	-	215,00

Seguradora: HDI SEGUROS		
Apólice nº 1.037.131.021.994– Prêmio – R\$ 1.812,95 – Vigência: 25/04/2021 á 25/04/2022		
Bem Segurado: Veículos		
Cobertura	Indenização	Franquia
Caso	100% Tabela Fipe	1.501,06
RCFV-Danos Materiais	100.000,00	-
RCFV-Danos Corporais	100.000,00	-
APP Morte	5.000,00	-
APP Invalidez Permanente	5.000,00	-
Danos Morais	40.000,00	-

Seguradora: TÓKIO MARINE		
Apólice nº 02513399– Prêmio – R\$ 889,62 – Vigência: 11/04/2021 á 11/04/2022		
Bens Segurado: Prédio		
Cobertura	Indenização	Franquia
Incêndio (Inclusive decorrente de tumultos, greves e lockiut), raio, explosão, implosão, fumaça e queda de aeronaves	1.300.000,00	10% dos prejuízos, com mínimo de R\$ 1.500,00
Danos Eletricos	50.000,00	10% dos prejuízos, com mínimo de R\$ 1.500,00
Despesas de aluguel (perda ou pagto) e de instalação em novo local em consequencia de incêndio (Inclusive decorrente de tumultos, greves e lockiut), raio, explosão, implosão, fumaça e queda de aeronaves; Período indenitário: 6 meses	30.000,00	Não há
Responsabilidade Cível Estabelecimento de Ensino	20.000,00	Não há
Roubo e Furto mediante arrombamento	50.000,00	10% dos prejuízos com mínimo de R\$ 1.000,00
Tumultos, greves, lockout e atos dolosos	13.000,00	10% dos prejuízos com mínimo de R\$ 700,00
Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo e impacto de veículop	50.000,00	15% dos prejuízos, com mínimo de R\$ 1.500,00

Seguradora: HDI SEGUROS		
Apólice nº 1.037.131.021.913 – Prêmio – R\$ 2.909,61 – Vigência: 02/04/2021 á 02/04/2022		
Bem Segurado: Veículos		
Cobertura	Indenização	Franquia
Caso	100% Tabela Fipe	3.401,81
RCFV-Danos Materiais	100.000,00	-
RCFV-Danos Corporais	100.000,00	-

NOTA 22 – IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A APAE é imune à incidência de impostos por força do art. 150, inciso VI, alínea “C” e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

NOTA 23 – FORMA JURIDICA CONFORME A LEGISLAÇÃO VIGENTE

A APAE é uma associação sem fins lucrativos e econômicos regida pelo seu Estatuto Social que contempla os artigos 44 a 61 do Código Civil;

NOTA 24 – CARACTERISTICAS DA IMUNIDADE

A APAE é uma instituição social sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9º. do CTN, e por isso imune, no qual usufrui das seguintes características:

- a Instituição é regida pela Constituição Federal;
- a imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional;
- não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária);
- não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo.

NOTA 25 – REQUISITOS PARA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A única Lei Complementar que traz requisitos para o gozo da imunidade tributária é o Código Tributário Nacional (CTN).

O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da APAE e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos:

- a-) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título
- b-) aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais
- c-) mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

NOTA 26 – ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

A APAE é isenta à incidência das Contribuições Sociais por força da Lei No. 9.532/97 e Lei Complementar 187/2021 e Decreto 7.237/10.

NOTA 27 – CARACTERÍSTICAS DA ISENÇÃO

A APAE é uma instituição social sem fins lucrativos e econômicos, de direito privado, previsto no artigo 12 da Lei No. 9.532/97 e artigo 1º. da Lei Complementar 187/2021, e por isso é reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social (isenta), no qual usufrui das seguintes características:

- a Instituição é regida por legislação infraconstitucional;
- a Isenção pode ser revogada a qualquer tempo, se não cumprir as situações condicionadas em Lei (contrapartida);
- existe o fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas a APAE é dispensada de pagar o tributo;
- há o direito (Governo) de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido.

NOTA 28 – REQUISITOS PARA MANUTENÇÃO DA ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

A APAE é uma entidade beneficente de assistência social (possui CEBAS) e para usufruir da Isenção Tributária determinada pelo artigo 29 da Lei Complementar 187/2021, cumpre os seguintes requisitos:

ESTATUTÁRIOS

- não percebe a seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos
- aplica suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
- não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto
- atende o princípio da universalidade do atendimento, onde **não** direciona suas atividades exclusivamente para seus associados (as);
- tem previsão nos seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidades sem fins lucrativos congêneres ou a entidades públicas
- consta em seu estatuto social a natureza, objetivos e público-alvo compatíveis com a Lei No. 8.742/93 (LOAS) e Decreto No. 6.308/07.

OPERACIONAIS E CONTÁBEIS

- possui certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- mantêm sua escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;
- conserva em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial;
- cumpre as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária;
- elabora as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

NOTA 29 – CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS (ISENTAS)

A APAE possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) em validade

Conforme o artigo 29 da Lei Complementar 187/2021 entidade beneficente certificada fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei no 8.212/91. Abaixo demonstraremos as contribuições sociais usufruídas, a forma de contabilização e o montante do período que não é pago.

CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS

- 20% sobre a folha de salários e serviços autônomos e individuais
- 1% - RAT/SAT
- 5,8% - Terceiros
- 15% sobre serviços prestados por cooperativas
- 3% - Cofins

<u>Descrição</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Isonção Usufruída		
INSS – Cota Patronal	562	680
Cofins	1	2
TOTAL	563	682

NOTA 30 – OBRIGAÇÕES DA ÁREA SOCIAL PARA FINS DE CEBAS

A APAE já efetuou o cadastramento no Conselho Municipal de Assistência Social, conforme determina a Resolução CNAS No. 14/2014, este procedimento é o reconhecimento público das ações realizadas pelo APAE, âmbito da Política de Assistência Social.

Os serviços de assistência social desenvolvidos pela APAE são atividades de inserção ou proteção nas Políticas Nacional de Assistência Social (PNAS), Decreto No. 6.308/07, Resolução do CNAS No. 109/09 e Resolução CNAS No. 14/2014, e por este motivo está inserida no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e como consequência, por elas, regulamentadas.

A APAE possui vínculo à rede SUAS e para isso teve como requisitos:

I - presta serviços, projetos, programas ou benefícios gratuitos, continuados e planejados, sem qualquer discriminação;

II - quantifica e qualifica suas atividades de atendimento, assessoramento e defesa e garantia de direitos de acordo com a Política Nacional de Assistência Social;

III - demonstra potencial para integrar-se à rede sócio assistencial, ofertando o mínimo de sessenta por cento da sua capacidade ao SUAS; e

IV - disponibiliza esses serviços nos territórios de abrangência dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS.

NOTA 31 – FORMALIZAÇÃO DOS PROJETOS SOCIAIS

A APAE no desenvolvimento de suas ações sócio assistenciais formaliza em cada Projeto Social: os objetivos do mesmo; origem de recursos; infraestrutura; tipificando os serviços a serem executados (conforme Resolução do CNAS No. 109/09 e Decreto No. 6.308/07); público-alvo, capacidade de atendimento, recurso financeiro utilizado, recursos humanos envolvidos, abrangência territorial e demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas para esta participação nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento do projeto.

NOTA 32 – TIPIFICAÇÃO DAS AÇÕES ASSISTENCIAIS, CUSTOS ENVOLVIDOS E FORMA DE CONTABILIZAÇÃO

A APAE em atendimento a Resolução do CNAS No. 109/09 e Decreto No. 6.308/07 tipificou suas atividades de assistência social conforme exposto na Demonstração de Superávit do Exercício.

NOTA 33 – OBRIGAÇÕES DA ÁREA DA SAÚDE PARA FINS DE CEBAS

A APAE em atendimento ao artigo 10º da Lei Complementar 187/2021 informa que durante o corrente ano realizou um total de 12.049 atendimentos na área da saúde, distribuídos da seguinte maneira:

Atendimentos SUS	
Fonoaudiologia	1997
Fisioterapia	1723
Terapia ocupacional	3019
Psicologia	1710
Arterapia	862
Psicopedagogia	1815
Musicoterapia	923
Total	12.049

NOTA 34 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO DE METAS PARA FINS DE CEBAS NA ÁREA DA SAÚDE

Em atendimento ao artigo 12 da Lei Complementar 187/2021, demonstramos no quadro abaixo o cumprimento dos percentuais de atendimento para fins de Cebas na área da saúde:

Descrição	Número de Atendimentos	Índice
Total de Atendimento – SUS	12.049	100%
TOTAL	12.049	100%

NOTA 35 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO DO MÍNIMO DE BOLSAS INTEGRAIS

Em atendimento ao artigo 20 da Lei Complementar 187/2021 (Educação Básica), a instituição concedeu uma bolsa integral para cada cinco estudantes pagantes no ano de 2021 conforme demonstração abaixo:

	Quantidade
Alunos Matriculados	122
Alunos Pagantes	-
Alunos Inadimplentes	-
Quantidade de Bolsas Necessárias (1 para cada 5 pagantes)	-
Bolsas Integrais	122
Bolsas parciais	-
Bolsa Acordo Sindical	-

NOTA 36 – DA CONCESSÃO DOS RECURSOS EM ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO BÁSICA

A APAE, em conformidade com a Lei Complementar 187/2021 e artigo 25 do Decreto No. 7.237/10, oferece bolsas educacionais para alunos carentes, na forma da Lei, e também não cobrou taxa de matrícula ou custeio de material didático dos alunos com bolsa integral. Na concessão de bolsas educacionais a APAE utilizou o seguinte critério de renda:

- *A bolsa de estudo integral será concedida a aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 1 1/2 (um e meio) salário mínimo.*

Sorocaba, 31 de dezembro de 2021.

FÁBIO NOBUHIRO UMEZU
PRESIDENTE
CPF: 149.807.668-89

DELTA CONTABILIDADE
CNPJ: 10.814.477/0001-64
SILVIA JANAINA MORAL
CRC1SP250727/O-0